



PRINCÍPIOS PEDAGÓGICOS E A CONSTRUÇÃO DO IDEAL FEMININO EM “O JORNAL BATISTA” NA PRIMEIRA REPÚBLICA

PEDAGOGICAL PRINCIPLES AND THE CONSTRUCTION OF THE FEMININE IDEAL IN O JORNAL BATISTA DURING THE FIRST BRAZILIAN REPUBLIC

DOI: 10.5281/zenodo.20889018



Paulo Julião da Silva¹
Vitória Brito de Almeida²

RESUMO

Este trabalho analisa a construção do ideal feminino na Educação Batista durante a Primeira República (1901–1930) a partir das edições de *O Jornal Batista*, articulando os conceitos de discurso e poder de Foucault com a noção de representação de Chartier para examinar como o periódico funcionou como dispositivo pedagógico produtor de normas e modelos de comportamento feminino. A análise identifica quatro representações centrais — mãe, professora, esposa e jovem — em que o discurso do jornal simultaneamente valorizava e circunscrevia a mulher ao espaço doméstico e à subordinação religiosa, concluindo que *O Jornal Batista* moldou subjetividades femininas alinhadas ao projeto batista e contribuiu para a conformação dos papéis de gênero no Brasil republicano.

Palavras-chave: educação batista, imprensa batista, mulher

ABSTRACT

This study analyzes the construction of the feminine ideal in Baptist Education during the First Brazilian Republic (1901–1930) through the editions of *O Jornal Batista*. Drawing on Foucault's concepts of discourse and power, together with Chartier's notion of representation, it examines how the newspaper functioned as a pedagogical device that produced norms and models of female

1 Doutor em História pela UNICAMP. Professor do DSFSFE, do PPGEU, do PROFHISTÓRIA e do PPGH da UFPE.

2 Graduanda em Pedagogia pela UFPE.

Revista *OWL Journal*, Campina Grande - PB, v. 4 n. 6 (2026) - DOSSIÊ ESPECIAL:
Conhecimento, Formação e Transformação Social

A Revista *OWL Journal* está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição (CC BY)





behavior. The analysis identifies four central representations—mother, teacher, wife, and young woman—through which the newspaper’s discourse simultaneously valued women while confining them to the domestic sphere and religious subordination. It concludes that *O Jornal Batista* shaped female subjectivities aligned with the Baptist project and contributed to the construction of gender roles in republican Brazil.

Keywords: Baptist education; Baptist press; women.

1. INTRODUÇÃO

Ao romper sua relação com a Monarquia e inaugurar um período de profundas reformas, a Proclamação da República no ano de 1889 vem como um dos grandes marcos para a história do Brasil. Entre essas transformações, a mais relevante para este estudo é a laicização do Estado, que instituiu a separação entre a Igreja Católica e o poder político, criando expectativas de maior autonomia de pensamento, crença e participação social. Esse novo cenário se formou também devido a forte pressão de missionários protestantes, que de acordo com GRAHAM, 1973 apud ROCHA, 2025 “a presença de uma seita protestante já era suficiente para introduzir uma forma de pluralismo que, em si, enfraquecia as convicções religiosas de uma sociedade historicamente marcada pela hegemonia católica.”

Essas missões de imigrantes, especificamente imigrantes norte-americanos – que poderiam ser de denominação batistas, metodistas, presbiterianos – vinham ao país com o objetivo de doutrinar, ensinar e disseminar seus princípios religiosos e atuavam, sobretudo, em regiões marcadas por carência de serviços básicos, estruturando suas ações em três pilares fundamentais: saúde, igreja e educação. A partir desse movimento, o protestantismo passou a ganhar cada vez mais visibilidade e influência, utilizando-se, inclusive, de meios de comunicação como forma de ampliar seu alcance. Como aponta Silva (2024) em seu artigo, o uso de jornais foi uma das estratégias mais eficazes nas primeiras décadas de atuação no país, permitindo a divulgação de atividades religiosas e administrativas de maneira sistemática e estratégica.





O Jornal Batista, criado em 1901 e ativo até a data de hoje, foi o principal meio de comunicação utilizado pela denominação no Brasil. Por meio de suas edições, é possível perceber não só as mudanças que o país passava, mas também como a própria comunidade batista respondia a essas transformações, articulando discursos, orientações e posicionamentos que refletiam tanto suas convicções doutrinárias quanto às tensões sociais de cada época. Para as mulheres, o jornal funcionava como um espaço de visibilidade controlada, no qual se difundiam modelos de comportamento, práticas educativas e representações de feminilidade consideradas adequadas ao projeto religioso.

Por esse motivo, a pesquisa adota como recorte temporal a primeira metade do século XX (especificamente os anos de 1901 a 1930) a fim de compreender o processo de construção do ideal feminino na Primeira República. Diante disso, a escolha dessa temática se dá devido a 3 motivos principais: o primeiro sendo acadêmico, já que o recorte de gênero dentro da convenção batista ainda é bastante escasso, sendo relevante entender como o papel da mulher e da educação mantém ou modifica as dinâmicas sociais e culturais tanto dentro da denominação batista quanto de uma forma mais ampla. A segunda é a social, pois busca compreender uma realidade social em que discursos religiosos e educacionais continuam a influenciar a construção de papéis de gênero. Nesse sentido, investigar historicamente como essas relações foram estabelecidas contribui para problematizar permanências e mudanças ao longo do tempo.

Por fim, a justificativa pessoal, que vem da experiência vivenciada dentro de uma cadeira eletiva chamada 'História da Educação Protestante' dada pelo professor Dr. Paulo Julião, que por meio de suas aulas mostrou o impacto da religião protestante dentro da sociedade brasileira e como as mulheres tiveram um papel primordial no crescimento do movimento, mas que continuam a viver à sombra de figuras masculinas.

Dessa forma, a pesquisa busca evidenciar que essas mulheres foram alvo de um projeto pedagógico específico, voltado à formação de comportamentos e à consolidação de um modelo de feminilidade alinhado aos valores cristãos e às expectativas sociais do período.





Ao analisar esse processo, o estudo contribui para o campo da Educação ao ampliar a compreensão sobre a relação entre religião, gênero e práticas educativas, oferecendo subsídios para reflexões críticas acerca da formação social e educacional das mulheres.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Educação Batista

Para começar a entender como a Educação Batista era pensada e planejada, é necessário primeiro compreender o seu contexto histórico no Brasil, a visão que orienta a denominação e, por fim, o impacto desta em sua organização estrutural.

No final do séc. XVIII, o Brasil era um país extremamente católico, onde a fé era uma das principais bases culturais e governamentais da sociedade. O país também apresentava um alto nível de analfabetismo, tendo a educação como um privilégio dado a poucos. Mesmo assim, esses obstáculos não evitaram que um grande número de missionários vissem o país como um lugar de oportunidade. Em seu artigo sobre religião e educação, Uzun (2025, p. 4, 5) explica que:

A escolha do nosso país como destino de várias dessas congregações foi influenciada pela forma com a Europa percebia o Brasil naquele momento: uma terra pacífica, respeitosa dos costumes cristãos, com grande necessidade da presença católica e um estreito diálogo com a Santa Sé [...] enquanto algumas nações latino-americanas adotavam posturas marcadamente anticlericais, o Brasil se apresentava como um oásis para a instalação de novas congregações religiosas.

Logo, diante da abertura e da crescente necessidade de alfabetizar a população, diversas denominações (protestantes e católicas) passaram a construir suas instituições eclesiais no Brasil e, conseqüentemente, construindo também suas escolas. Como dito anteriormente, esse foi um dos principais caminhos que os protestantes encontraram para ter uma maior aderência de seus princípios religiosos na sociedade brasileira. Era neste cenário





que, como uma extensão da Igreja, os missionários conseguiram introduzir sua doutrina e recrutar mais e mais adeptos.

Nesse sentido, a educação protestante se via dividida em dois aspectos principais: escolas que eram agregadas à igreja — chamadas de escolas dominicais — e colégios tradicionais, onde a matrícula era aberta a todos que tinham o poder aquisitivo. Sendo assim, há uma utilização tanto da Educação Formal quanto da Não-Formal como ferramenta de doutrinação. Para entender tais conceitos, será utilizada as definições de Maria Glória Gohn (2006), visto que essa é uma das autoras mais consagradas quando se pensa nesse tema.

Para a autora, a Educação Formal é aquela desenvolvida nas escolas com conteúdos previamente demarcados e em instituições regulamentadas por lei, certificadoras, organizadas segundo diretrizes nacionais. Nos colégios tradicionais criados pelas denominações protestantes, esse modelo era aplicado com rigor. As instituições funcionavam como escolas nos moldes modernos, oferecendo disciplinas regulares, materiais didáticos próprios e um ambiente escolar que seguia padrões semelhantes aos das instituições estrangeiras mantidas pelos missionários. Com essas instituições, os protestantes buscavam trazer a religião como um aspecto cultural; Santos (2007, p. 125), em seu artigo sobre Educação Protestante no Brasil, explica que:

[...] os colégios visavam o estabelecimento de uma cultura civilizatória cristã protestante, funcionando como uma forma indireta de evangelização, que pela inoculação de uma nova mentalidade ideológica-religiosa de caráter permanente e abrangente visava produzir a mudança social.

Assim, a Educação Formal se consolidava como um canal estratégico para difusão de valores, formação de quadros intelectuais e ampliação da influência protestante em setores mais privilegiados da sociedade. Por outro lado, a Educação Não-Formal assumia papel igualmente relevante no projeto missionário.

Para Gohn (2006, p. 3) essa educação é encontrada "[...] em territórios que acompanham as trajetórias de vida dos grupos e indivíduos, fora das escolas, em locais informais, locais onde há processos interativos intencionais [...]." Logo, mesmo que as escolas

**Revista *OWL Journal*, Campina Grande - PB, v. 4 n. 6 (2026) - DOSSIÊ ESPECIAL:
Conhecimento, Formação e Transformação Social**

**A Revista *OWL Journal* está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição
(CC BY)**





dominicais fossem espaços menos estruturados, marcados pela voluntariedade e pela flexibilidade curricular, havia uma intencionalidade dele existir.

Tendo agora um olhar mais direcionado à vertente batista, Marli Teixeira (2017) — pioneira nos estudos sobre história protestante no Brasil — em sua tese de doutorado, explica que um dos princípios que norteiam essa denominação é o uso da autonomia sobre as interpretações das Escrituras, mais especificamente as do Novo Testamento. Sem uma delimitação clara e descritiva sobre os códigos de conduta, como percebida em outras doutrinas protestantes, ficaria a critério do indivíduo delimitar costumes, comportamentos e condutas; tudo baseado em sua relação com o divino.

Ademais, a autora deixa claro que, apesar dessa suposta liberdade, aqueles com poder acabavam por determinar certos códigos e regras, criando assim uma identidade coletiva, pois "Por um lado, já que o que é certo e o que é errado não estão codificados, fica aberto o caminho tanto para o fortalecimento da autoridade da instituição quanto para a supremacia do costume sobre os atos da coletividade". (TEIXEIRA, 2017, p. 52)

Diante disso, para o fortalecimento de sua religião, os batistas utilizavam-se de métodos disciplinares que ajudavam na manutenção de comportamentos, tanto para o indivíduo quanto para o coletivo. Um instrumento que foi amplamente utilizado foram os impressos (folhetos, revistas e jornais), que acabaram desenvolvendo um papel didático, moral e ético dentro dessas escolas. O jornal funcionava quase que como um segundo braço neste projeto missionário; enquanto os colégios e escolas dominicais traziam em seu currículo uma visão bem específica de mundo e valores, o jornal vinha como instrumento de divulgação e valorização dessa visão. Em sua dissertação de mestrado, Carvalho (2026, p. 110) traz o currículo escolar como algo que “não foi concebida de maneira neutra. A seleção e a transmissão dos saberes, tal como estruturadas pelo currículo escolar, estavam permeadas por uma intencionalidade pedagógica que visava à incorporação e à difusão dos valores próprios do universo batista.”





Logo, Carvalho (2026) deixa claro que o uso dos jornais e o currículo escolar possuíam uma intencionalidade pedagógica e que ela não era neutra; ambos eram instrumentos de formação moral, religiosa e cidadã, alinhados a um projeto mais amplo de inserção e legitimação do protestantismo na sociedade brasileira pós-laicização. Portanto, a educação batista não se limitava a espaços físicos, mas se expandia para todo um aparato comunicacional que produzia modos de ser, agir e se relacionar socialmente; incluindo, de forma marcante, os papéis atribuídos às mulheres.

Dessa forma, a combinação entre educação formal e não formal constituía uma das bases fundadoras da Educação Batista no Brasil. Enquanto os colégios atendiam a uma elite econômica e buscavam formar lideranças influenciadas pela visão protestante, as escolas dominicais e os jornais ampliaram o acesso à instrução e serviam como ferramenta de evangelização e fortalecimento da identidade comunitária. Juntas, essas duas modalidades compunham um sistema híbrido que refletia tanto o contexto histórico brasileiro quanto os objetivos missionários da denominação.

2.2 Imprensa Batista

A expansão do protestantismo no Brasil, especialmente da vertente batista, está profundamente associada ao desenvolvimento e à circulação de jornais, que se constituíram como instrumentos centrais para a difusão doutrinária, a organização comunitária e a consolidação identitária desses grupos religiosos. Como observa Silvestre (2016, p. 176), "o surgimento da imprensa protestante no Brasil ocorreu durante a chamada 'era missionária', que compreende desde a segunda metade do século XIX até a I Guerra Mundial". Assim, os periódicos protestantes surgiram como veículos tanto de evangelização quanto de educação, permitindo que ideias, práticas e interpretações bíblicas alcançassem regiões distantes e populações pouco familiarizadas com outras tradições cristãs.

Essa produção impressa foi fundamental para estabelecer uma identidade religiosa coesa, baseada na ênfase batista na autoridade das Escrituras, na autonomia das igrejas locais





e no batismo por imersão. Além do aspecto doutrinário, os jornais atuaram como importantes meios de formação moral e intelectual, ao publicarem lições bíblicas, debates éticos e materiais de apoio às escolas dominicais, contribuindo para o fortalecimento interno das comunidades e para o desenvolvimento de práticas educativas. Em sua tese de doutorado, Teixeira (p. 32, 2020), explica bem sobre a importância da leitura do jornal para a denominação batista:

O OJB também se encarregava da constante tarefa de homogeneizar a doutrina e as manifestações religiosas batistas no Brasil. Ou seja, essa evangelização estava associada à tentativa de modelar seus leitores, desde suas atividades dentro e fora de casa e nas igrejas, os modos de agir acerca dos problemas sociais, das relações humanas entre homens, mulheres e filhos, intermediando até as formas de se portar frente à moda vigente e aos sistemas políticos, por exemplo.

Entre os principais veículos que marcaram esse período destacam-se O Estandarte Batista, fundado em 1896, e posteriormente O Jornal Batista, em 1901 — sujeito desta pesquisa — que se tornou o principal órgão de comunicação da Convenção Batista Brasileira. Esses periódicos não apenas divulgaram conteúdos religiosos, mas também favoreceram debates sobre temas sociais, educacionais e políticos, como moralidade pública, combate ao alcoolismo, republicanismo e abolicionismo. Como explica Silva (2020, p. 176):

OJB seria essencial como estratégia de evangelização, pelo aprofundamento do conhecimento bíblico dos conversos e por trazer informações de caráter secular, mas com interpretações cristãs, principalmente batistas. OJB era um formador de opinião, e possuía, no contexto estudado, grande credibilidade entre as congregações batistas.

Dessa forma, a imprensa batista atuou para além do âmbito estritamente religioso, influenciando práticas culturais e educativas, promovendo a alfabetização e incentivando a participação cidadã. Nesse mesmo movimento, a presença e a voz das mulheres passaram a ganhar maior relevo, especialmente quando periódicos, revistas e boletins destinados ao público feminino começaram a circular entre as comunidades batistas.

A imprensa ofereceu às mulheres um espaço de formação e expressão que muitas vezes lhes era negado em outros ambientes sociais. Dentro do Jornal Batista, haviam seções

**Revista *OWL Journal*, Campina Grande - PB, v. 4 n. 6 (2026) - DOSSIÊ ESPECIAL:
Conhecimento, Formação e Transformação Social**

**A Revista *OWL Journal* está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição
(CC BY)**





destinadas especificamente a mulheres onde, de acordo com Teixeira (p. 54, 2020), assumiam “[...] a função de educar as mulheres acerca dessas questões que a permeariam, ensinando sobre cautela para com o marido, atenção com a saúde dos filhos e preparação de sua filha moça para um futuro casamento.”

Por meio desses veículos, elas puderam refletir sobre seu papel na família, na igreja e na sociedade, ampliando gradualmente sua participação nas atividades religiosas e comunitárias. Assim, as publicações batistas se tornaram um instrumento fundamental para a inclusão feminina, favorecendo sua alfabetização, incentivando sua organização em sociedades femininas e legitimando sua presença em esferas antes dominadas por homens.

Ao mesmo tempo, ajudaram a moldar um entendimento do que significava ser uma 'mulher cristã', enfatizando atributos como dedicação, serviço, moralidade e compromisso com a fé, mas também destacando a importância da educação, da autonomia espiritual e da participação ativa na missão da igreja. Em uma edição de O Jornal Batista de 1903, há o seguinte trecho:

Antigamente os camponeses não queriam que suas filhas aprendessem a ler, para não se tornarem maliciosas. As mulheres sem instrução não passam de umas máquinas movidas á vontade de seu dono. (A mulher, O Jornal Batista, 1903, p. 5)

Essa construção identitária combinava tradição e renovação, permitindo que mulheres batistas ocupassem novos espaços sem romper completamente com os referenciais religiosos que orientavam suas comunidades.

2.3 Gênero e Religião

A relação entre cultura e religião data de muitos e longos anos, tendo assim uma relação complexa e até mesmo difícil de ser separada em certos tempos. A religião surge como uma forma de procurar sentido na existência humana, porém quando criada começa a exercer influência sobre a cultura, reorganizando estruturas sociais, práticas, modelos de

Revista *OWL Journal*, Campina Grande - PB, v. 4 n. 6 (2026) - DOSSIÊ ESPECIAL:
Conhecimento, Formação e Transformação Social

A Revista *OWL Journal* está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição
(CC BY)





comportamento e legitimando formas de agir. Em seu artigo falando sobre religião e cultura, Gonçalves (2012, p. 310) resume bem quando diz:

E no entanto, examinando os vestígios que os tempos, aliás muito longos, não foram capazes de delir, verifica-se que as primeiras manifestações da inteligência humana parecem ser de carácter religioso, ao procurarem um sentido, um fundamento e uma orientação para a existência, antes mesmo das formulações nos registos da natureza e da cultura, embora nesta venha mais tarde a inserir-se, com não pouca relutância, que é em boa parte o objecto da presente reflexão, a racionalidade dos fenómenos religiosos, em articulação, por vezes conflituosa, com a racionalidade cultural.

Fica claro então, que mesmo antes de desenvolver ciência, arte, escrita ou processos culturais mais complexos, os seres humanos já buscavam uma orientação para sua existência; formas de compreender o desconhecido e de responder perguntas fundamentais. Ademais, com a evolução da sociedade em suas diversas áreas, essas relações foram ficando mais intrincadas e se tensionando, criando conflitos e discussões dando espaço para novas temáticas, como foi o caso do gênero.

O gênero se tornou um debate central na atualidade porque reúne uma série de transformações históricas, sociais e culturais que colocaram em questão normas antes consideradas naturais. A ampliação dos movimentos feministas e LGBTQIA+ ao longo do século XX e XXI tornou visíveis desigualdades de poder, violência, exclusões e hierarquizações baseadas tanto na diferenciação entre homens e mulheres, quanto na negação de identidades dissidentes. Com isso, compreender a influência do gênero na cultura já constitui, por si só, uma tarefa árdua que demanda extensos estudos; integrar a dimensão da religiosidade a essa análise torna o desafio ainda maior, já que acrescenta camadas de significados, normas e disputas simbólicas. Souza (2008), consegue trazer de forma precisa esse desafio quando mostra o papel da religião no cotidiano e sua relação com o poder:

Se o processo de secularização tem contribuído para a 'periferização' da religião em relação ao 'núcleo forte' da sociedade, isto é, se a religião já não ocupa mais o lugar de 'matriz cultural totalizante', deixando de ser o centro organizador das relações sociais, ela ainda exerce influência significativa no cotidiano das pessoas. [...] Se essa influência não fosse significativa, por que toda a movimentação feminista em





favor da laicização do Estado? O que dizer das recorrentes decisões cotidianas tomadas sob a pressão da confissão religiosa como, por exemplo, manter um casamento cuja história mais freqüente é a da violência doméstica? É possível simplesmente fechar os olhos à ingerência religiosa sobre a sexualidade humana? (SOUZA, 2008, p. 15-16)

Então, para começar a desvendar essa relação, é preciso primeiro entender como o gênero veio a se tornar uma questão tão decisiva. Autoras como Joan Scott (1988, p. 2) pontuam que a categoria de gênero é uma ferramenta importante para entender como as sociedades se organizaram durante os anos, além de deixar claro que:

[...] não significa que o gênero reflita ou implemente diferenças físicas fixas e naturais entre mulheres e homens; em vez disso, o gênero é o conhecimento que estabelece significados para as diferenças corporais. Esses significados variam entre culturas, grupos sociais e épocas, visto que nada no corpo, incluindo os órgãos reprodutivos femininos, determina univocamente como as divisões sociais serão moldadas. Não podemos enxergar as diferenças sexuais a não ser como uma função do nosso conhecimento sobre o corpo, e esse conhecimento não é 'puro', não podendo ser isolado de suas implicações em uma ampla gama de contextos discursivos. (Tradução Nossa)

Outra autora que contribui para desnaturalizar o gênero, mostrando, assim como Scott, que ele não deriva diretamente da biologia, mas sim de construções históricas, discursivas e performativas foi Judith Butler (1990). Ela acredita que gênero não está ligado com algo pré-existente, mas sim com atos e gestos construídos ao longo do tempo, sendo assim um efeito performático. Dito isso, a relação entre gênero e religião é marcada por dinâmicas complexas que influenciam tanto estruturas sociais quanto práticas individuais. Em diversas tradições religiosas, normas e interpretações doutrinárias moldam expectativas sobre masculinidades e feminilidades, definindo papéis sociais, responsabilidades e formas de participação comunitária.

Nesse sentido, as religiões acabaram por corroborar esses papéis, como diz Silva (2010, p. 5):

A identidade religiosa estabelece parâmetros culturais que influenciam as práticas cotidianas, os lugares, relações, posições hierárquicas, atitudes e representações. É importante reavaliar o papel que a identidade religiosa exerce na construção dos





papéis de gênero e que influenciam, de forma ampla, os valores e os sentidos de uma dada sociedade, sendo referência de uma intenção em que o imaginado, proposto e idealizado adquire um sentido.

Deste modo, para compreender a relação entre gênero e religião é preciso reconhecer como ambas as categorias operam de maneira interdependente na formação de identidades e na manutenção de sistemas de poder. Pois assim, será possível fazer uma leitura mais crítica sobre a forma que a sociedade atribui sentido, autoridade e valores.

2.4 Discurso, Poder e Representação

Para Foucault, o discurso não pode ser compreendido como simples veículo de comunicação ou expressão transparente de ideias. Em *A Ordem do Discurso* (1970), obra que corresponde à sua aula inaugural no Collège de France, Foucault apresenta o discurso como um domínio atravessado por relações de poder e sujeito a procedimentos de controle, seleção e organização. Em suas palavras, em toda sociedade a produção do discurso é simultaneamente controlada, selecionada, organizada e redistribuída por um certo número de procedimentos que têm por papel exorcizar-lhe os poderes e os perigos (FOUCAULT, 1970). Esses procedimentos operam tanto externamente — por meio de interditos, partilhas e vontades de verdade — quanto internamente, por meio do comentário, da noção de autor e das disciplinas.

Particularmente relevante para esta pesquisa é a noção foucaultiana de vontade de verdade, que se refere ao conjunto de mecanismos institucionais, pedagógicos e discursivos que estabelecem o que pode ser dito como verdadeiro em uma dada época. Essa vontade de verdade é reforçada por práticas como a pedagogia, o sistema dos livros e a edição, e tende a exercer sobre os outros discursos uma espécie de pressão e um certo poder de constrangimento (FOUCAULT, 1970). Em *O Jornal Batista*, esse mecanismo operava com precisão: o periódico não apenas comunicava — ele instituía verdades sobre o que deveria ser





uma mulher cristã, tornando essas verdades socialmente aceitáveis por meio da repetição sistemática.

Ainda em *A Ordem do Discurso*, Foucault aponta que o sistema de ensino constitui uma ritualização da palavra que, ao mesmo tempo, qualifica e fixa os papéis dos sujeitos falantes, constitui um grupo doutrinal e assegura a distribuição e a apropriação do discurso com os poderes e saberes que estes trazem consigo (FOUCAULT, 1970). Essa compreensão é diretamente aplicável ao periódico batista, que funcionava como um sistema paralelo de ensino: ao publicar orientações morais, relatos edificantes e lições bíblicas, o jornal distribuía saberes e hierarquizava sujeitos, reservando à mulher um papel específico dentro da ordem discursiva da denominação.

A Microfísica do Poder (1979) aprofunda essa perspectiva ao demonstrar que o poder não se localiza exclusivamente nas grandes instituições ou nos aparatos do Estado, mas circula de forma capilar por práticas cotidianas, textos e enunciados. Foucault (1979) argumenta que o poder deve ser analisado como algo que circula, como algo que só funciona em cadeia, que se exerce em rede, e que os indivíduos não são apenas alvos do poder, mas também seus veículos. Essa perspectiva é fundamental para compreender como *O Jornal Batista* operava: não como imposição direta de normas, mas como uma rede discursiva que produzia sujeitos — e, em especial, sujeitos femininos — por meio da internalização de modelos de comportamento.

Se Foucault fornece as ferramentas para analisar como o discurso produz poder e subjetividades, Roger Chartier (1990) — um dos principais expoentes da história cultural francesa — contribui com uma perspectiva complementar ao propor a noção de representação como categoria central para a análise histórica. Em *A História Cultural: Entre Práticas e Representações*, Chartier argumenta que o mundo social não existe como realidade dada de antemão, mas é sempre construído pelos sentidos que os grupos atribuem a ele por meio de suas práticas e representações. Para o autor, essas representações são sempre determinadas pelos interesses dos grupos que as forjam e constituem práticas que visam fazer reconhecer





uma identidade social, exibir uma maneira própria de estar no mundo, significar simbolicamente um estatuto e uma posição. Nesse sentido, as páginas d'O Jornal Batista não apenas descreviam a mulher cristã — elas a representavam, no sentido pleno que Chartier confere ao termo: construíam e tornavam legítima uma determinada identidade feminina, inscrevendo-a em um campo de práticas reconhecíveis e valorizadas pela comunidade.

Chartier também distingue, de forma produtiva para esta pesquisa, os conceitos de práticas e representações. Enquanto as representações correspondem ao modo como grupos e indivíduos percebem e classificam o mundo, as práticas são as formas concretas de ação que esses grupos desenvolvem com base em tais representações. Em O Jornal Batista, é possível identificar essa dinâmica com clareza: o periódico produzia representações de feminilidade — a mãe cristã, a professora dedicada, a esposa submissa — que, ao serem internalizadas, orientavam práticas concretas na família, na igreja e na escola dominical.

A esses dois conceitos, Chartier acrescenta o de apropriação, que designa os modos pelos quais os leitores se apropriam dos sentidos de um texto de maneira sempre criativa e parcialmente autônoma em relação às intenções do produtor. Para o autor, a leitura é sempre uma prática criativa e plural, que produz usos e significações diferenciadas que não podem ser reduzidas às intenções de seus produtores (CHARTIER, 1990). Essa perspectiva permite complexificar a análise: as mulheres que liam O Jornal Batista não eram receptoras passivas dos modelos propostos. Elas se apropriavam, reinterpretavam e, por vezes, subvertiam esses discursos, encontrando brechas para afirmar sua presença e ampliar sua participação social.

3. METODOLOGIA

A fim de atingir os objetivos desta pesquisa, será adotada a abordagem qualitativa, por permitir a compreensão aprofundada de fenômenos essencialmente humanos. Como destaca Minayo (2011, a pesquisa qualitativa busca interpretar significados, práticas e representações sociais a partir da perspectiva dos sujeitos envolvidos. Neste sentido, Minayo (2011, p. 623) enfatiza que:

**Revista *OWL Journal*, Campina Grande - PB, v. 4 n. 6 (2026) - DOSSIÊ ESPECIAL:
Conhecimento, Formação e Transformação Social**

**A Revista *OWL Journal* está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição
(CC BY)**





O verbo principal da análise qualitativa é compreender. Compreender é exercer a capacidade de colocar-se no lugar do outro, tendo em vista que, como seres humanos, temos condições de exercitar esse entendimento. Para compreender, é preciso levar em conta a singularidade do indivíduo, porque sua subjetividade é uma manifestação do viver total. Mas também é preciso saber que a experiência e a vivência de uma pessoa ocorrem no âmbito da história coletiva e são contextualizadas e envolvidas pela cultura do grupo em que ela se insere.

A pesquisa se caracteriza como documental. O estudo é fundamentado em edições de O Jornal Batista compreendidas entre os anos de 1901 e 1930, que constituem o recorte temporal desta investigação. Como explica Gil (2002), há uma proximidade entre pesquisa bibliográfica e documental, na medida em que jornais, boletins e folhetos podem ser tratados simultaneamente como fontes documentais e bibliográficas; o que os distingue é o grau de tratamento analítico a que foram submetidos.

O corpus documental foi constituído por meio de critérios temáticos e de relevância discursiva. A seleção privilegiou textos com maior densidade argumentativa — aqueles que não se limitavam a notas informativas, mas desenvolviam orientações, modelos de conduta ou representações do feminino. O instrumento adotado foi a análise documental que, conforme Kripka (2015), permite examinar o material publicado à luz de seu contexto, função e forma de utilização. A partir da revisão e interpretação crítica dessas produções, é possível identificar discursos, representações e estratégias educativas presentes nas fontes, construindo uma base teórica consistente que sustenta as análises desenvolvidas ao longo deste estudo.

A fim de dar suporte teórico à análise dos discursos presentes em O Jornal Batista, esta pesquisa articula dois referenciais complementares: a teoria do discurso e do poder de Michel Foucault e a noção de representação de Roger Chartier. Embora provenientes de tradições distintas — a genealogia foucaultiana e a história cultural francesa —, esses dois autores convergem na compreensão de que os textos, as imagens e os impressos não são meros reflexos da realidade, mas dispositivos ativos na produção de sentidos, identidades e normas sociais.





4. DISCUSSÃO

4.1 O Jornal Batista como Difusor de Princípios Pedagógicos e Religiosos da Educação Batista

A compreensão de O Jornal Batista como instrumento pedagógico exige que se vá além de sua dimensão meramente informativa ou religiosa. Apoiando-se na perspectiva foucaultiana, é possível reconhecer o periódico como um dispositivo discursivo — um mecanismo pelo qual o poder opera de maneira difusa, não apenas por meio da coerção, mas pela produção de saberes, verdades e subjetividades. Como demonstrado na fundamentação teórica, Foucault (1978) ensina que o poder não se localiza somente nas grandes instituições, mas circula por práticas cotidianas, textos e enunciados que, ao se repetirem e se legitimarem, constroem regimes de verdade; ele resume bem quando diz que “A verdade é deste mundo; ela é produzida nele graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder” (FOUCAULT, p. 18, 1978). Nesse sentido, O Jornal Batista não apenas comunicava a doutrina batista — ele a fabricava, a reiterava e a tornava socialmente aceitável.

Ainda segundo Foucault (1970), o sistema de ensino é uma das formas mais consolidadas de sujeição do discurso: ele ritualiza a fala, qualifica e hierarquiza os sujeitos falantes, e distribui os saberes de acordo com uma ordem que não é neutra, mas política. Em seu texto *Microfísica do Poder* (Foucault, 1978, p. 11), ele diz:

Se o poder fosse somente repressivo, se não fizesse outra coisa a não ser dizer não você acredita que seria obedecido? O que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso. Deve-se considerá-lo como uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social muito mais do que uma instância negativa que tem por função reprimir.

Nisso, vemos que O Jornal Batista operava como extensão desse sistema: ao selecionar quais vozes podiam falar e sobre quais temas seriam discutidos. Ao organizar os enunciados segundo uma gramática moral específica, o periódico participava ativamente de um mecanismo mais amplo de ordenamento discursivo que definia o que era legítimo dizer e

**Revista *OWL Journal*, Campina Grande - PB, v. 4 n. 6 (2026) - DOSSIÊ ESPECIAL:
Conhecimento, Formação e Transformação Social**

**A Revista *OWL Journal* está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição
(CC BY)**





o que era proibido ou invisibilizado. Isso pode ser percebido em um trecho retirado do jornal no ano de 1910 denominado “O Crente e o Mundo”:

Como resistir á tentação? Ha tres modos de se resistir á tentação. O primeiro é de fugir d’aquillo que desperta a tentação. Este é o meio usado pelos frades, freiras, monjes e monjas, que para fugirem das tentações do mundo, tem fugido do mundo, encerrando-se em claustros, entregando ás rezas, jejuns, etc. Este meio está completamente desacreditado - é ineficaz e pernicioso, peor do que a molestia. Outro modo é o de substituir o que é percioso e peccaminoso pelo que é bom e santo. Este é o meio usado pelas associações christãs de mocidade nos paizes protestantes ou onde ha missões protestantes. Este modo é muito superior ao primeiro, especialmente para a juventude a qual não se deve corromper com as más companhias do mundo (O JORNAL BATISTA, 1910, p. 4, 5).

Então, nota-se como aqueles no poder – os líderes eclesiásticos – se utilizavam de instrumentos disciplinares para moldar comportamentos coletivos. O jornal era, precisamente, um desses espaços de normatização: ao publicar orientações, lições bíblicas, artigos sobre conduta moral e relatos edificantes, ele estabelecia parâmetros do que era ser um bom batista.

Esse processo se articula diretamente com o que Gohn (2006) define como educação não-formal: uma formação que ocorre fora dos espaços escolares convencionais, mas que carrega intencionalidade clara. O periódico operava nessa dimensão, alcançando lares, escolas dominicais e comunidades distantes que não necessariamente tinham acesso a colégios formais. Ao mesmo tempo, para as instituições de ensino batistas, o jornal funcionava como material complementar, integrando a dimensão formal e não-formal em um projeto pedagógico único. Era, portanto, um elo entre a doutrina e a prática cotidiana — e um elo que carregava, de maneira explícita, uma dimensão civilizatória. Isso fica evidente em um artigo de 1920 destinado à mocidade batista, no qual a formação religiosa e o progresso da civilização americana são apresentados como projetos indissociáveis:

‘Se a mocidade americana compenetrar-se da importancia desta aspiração, (...) avançaremos muito na evolução civilisadora do nosso continente, onde tudo deve nos unir. A fraternidade humana, sonhada pelos espiritos mais esclarecidos, illuminados pelos ensino de Jesus, torna-se-á uma realidade sensível da America [...]. (PARANAGUA, 1920, p. 6-8)

**Revista *OWL Journal*, Campina Grande - PB, v. 4 n. 6 (2026) - DOSSIÊ ESPECIAL:
Conhecimento, Formação e Transformação Social**

**A Revista *OWL Journal* está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição
(CC BY)**





O trecho revela como o periódico não se limitava à instrução doutrinária estrita, mas articulava fé, educação e projeto civilizatório em um mesmo discurso. Formar o jovem batista era, ao mesmo tempo, formar o cidadão republicano — o que conferia ao jornal uma autoridade que transbordava os limites da denominação e se inscrevia em um projeto mais amplo de ordenamento social.

Silva (2020) reforça que O Jornal Batista era reconhecido, em seu contexto, como um formador de opinião de grande credibilidade entre as congregações. Isso significa que seus enunciados não eram recebidos apenas como sugestões, mas como orientações dotadas de autoridade — o que, na gramática foucaultiana, os tornava produtores de regimes de verdade.

A leitura do jornal era, assim, uma prática formativa em si mesma: ler, interpretar e internalizar seus conteúdos era parte do processo de constituição do sujeito batista. Essa lógica se evidencia em um artigo sobre o Carnaval, publicado em O Jornal Batista no ano de 1924, no qual a crítica à festa não se dá por proibição direta, mas pela convocação do leitor a um exercício reflexivo já orientado pela moral cristã:

Descobrir inconvenientes no Carnaval, reprová-lo, aconselhar a abstenção das suas frivolidades e das suas loucuras, é coisa que muitos julgam incompreensível. 'É um simples divertimento!' exclamam, e mesmo quando alguns, talvez sem educação ou sem refinamento, escolham tal época para praticar excessos, para dar aso às suas ruins paixões, nós não chegamos a tais extremos, conservando-nos dentro dos limites da ordem e da decência (...). Não entraremos aqui na classificação ou na seleção de divertimentos. Cada um deve agir, neste caso, de acordo com o mais elevado critério e não simplesmente de acordo com suas preferências ou interesses subalternos. O que enfraquece? O que degrada? Examinemos, meditemos antes de responder a estas indagações. (MARCUS, 1924 p. 10-11)

O que o trecho demonstra com precisão é o funcionamento do dispositivo discursivo foucaultiano: o jornal não interdita, mas institui uma grade de inteligibilidade moral dentro da qual o leitor é conduzido a julgar e a se julgar. O 'critério elevado' evocado não é definido explicitamente — ele já está dado, incorporado nos valores cristãos que o periódico reiterava sistematicamente. É exatamente esse mecanismo que torna o jornal tão eficaz como





instrumento pedagógico: ele produzia sujeitos capazes de exercer sobre si mesmos a vigilância que a doutrina requeria.

4.2 A Construção de Representações Educacionais da Mulher na Educação Batista a partir do Jornal Batista

Se o Jornal Batista atuava como dispositivo pedagógico para toda a comunidade batista, sua incidência sobre as mulheres merece uma análise particular. Como argumentado na fundamentação teórica, gênero não é uma categoria natural ou biológica, mas uma construção histórica, discursiva e performativa (SCOTT, 1988; BUTLER, 1990). Ao longo da Primeira República, o periódico se constituiu como um dos principais espaços de produção e circulação de um ideal feminino cristão — um modelo que combinava virtude doméstica, espiritualidade exemplar e utilidade social, sempre dentro dos limites do projeto religioso da denominação.

À luz do pensamento foucaultiano, esse processo pode ser lido como a operação de um poder disciplinar que não age pela repressão direta, mas pela produção de normas desejáveis. O jornal não dizia simplesmente o que a mulher não podia ser ou fazer — ele construía, de modo afirmativo e reiterativo, o que ela deveria ser: esposa dedicada, mãe cristã, educadora dos filhos na fé e colaboradora discreta da missão evangelizadora. Esse ideal era apresentado não como uma imposição, mas como uma vocação natural, tornando a sua interiorização tanto mais eficaz quanto menos visível enquanto exercício de poder.

Na perspectiva de Chartier (1990), essas construções correspondem a representações: as páginas d'O Jornal Batista forjavam imagens do feminino que não eram espelhos da realidade, mas esquemas de percepção e classificação que tornavam determinados comportamentos naturais e outros desviantes. As representações, segundo Chartier, não são neutras — elas são sempre determinadas pelos interesses dos grupos que as produzem e têm como efeito fazer reconhecer determinadas identidades como legítimas e outras como





inadequadas. Ao representar a mulher piedosa, laboriosa e domesticada como o modelo ideal, o jornal produzia, simultaneamente, o reconhecimento social dessa identidade e a deslegitimação de qualquer alternativa a ela.

Essa operação discursiva aparece de forma particularmente clara em um poema publicado em 1924, no qual a mulher é apresentada como símbolo do amor divino e colaboradora privilegiada de Deus:

O provérbio persa diz: 'Não firas a mulher ainda que com a pétala de uma flor.' Eu te digo: 'Não firas a mulher nem com o pensamento.' Jovem ou velha, feia ou bella, frívola ou criteriosa, boa ou má, a mulher sabe sempre um segredo de Deus. (...) A mulher é a única colaboradora efectiva de Deus. Sua carne não é como a nossa carne. O Destino encarna em sua vontade, e se o amor de Deus se parece com alguma coisa neste mundo, é sem duvida semelhante ao amor das mães. (NERVO, 1924, p. 11)

O que o trecho revela é que a mulher é exaltada não como sujeito autônomo, mas como símbolo de uma perfeição moral e espiritual que deve ser alcançada e preservada. Ela não é valorizada por sua razão, capacidade de escolha ou inteligência, mas por representar um ideal que transcende sua própria humanidade — aproximando-a do divino precisamente para fixá-la em um papel social determinado. Essa espiritualização da mulher opera, portanto, como uma forma sutil de controle: ao propor um padrão tão elevado de pureza e sensibilidade, o texto impõe um modelo rígido de comportamento e cria, conseqüentemente, mecanismos de julgamento e exclusão.

Então, como propõe Chartier (1990), os leitores não eram simplesmente moldados por esses discursos — eles se apropriavam deles, negociavam seus sentidos e, por vezes, construíam a partir deles formas próprias de compreender sua fé e seu lugar no mundo.

4.2.1 A Mulher como Mãe

Um dos papéis centrais atribuídos às mulheres nas páginas d'O Jornal Batista era o da maternidade, porém não apenas biológica, mas pedagógica. A mãe cristã era concebida como a primeira educadora, responsável pela formação moral e espiritual dos filhos desde a mais

Revista *OWL Journal*, Campina Grande - PB, v. 4 n. 6 (2026) - DOSSIÊ ESPECIAL:
Conhecimento, Formação e Transformação Social

A Revista *OWL Journal* está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição
(CC BY)





tenra infância. Esse ideal aproxima-se do que a historiografia da educação tem chamado de 'maternidade republicana': a ideia de que, ao formar filhos virtuosos e cristãos, a mulher cumpria um papel de relevância pública, ainda que confinada ao espaço privado do lar.

Nessa perspectiva, a educação não-formal descrita por Gohn (2006) ganha um rosto feminino: era a mãe o sujeito privilegiado da transmissão cotidiana dos valores religiosos, muito antes de qualquer escola dominical ou colégio confessional. O lar tornava-se, assim, um espaço pedagógico de primeira ordem, e a mulher, sua principal agente — ainda que sob a supervisão e orientação das lideranças masculinas da denominação. Na perspectiva de Chartier (1990), esse papel materno era também uma representação que circulava no periódico com força simbólica: ao ser apresentada como educadora natural por excelência, a mulher-mãe era simultaneamente valorizada e circunscrita, inserida em uma hierarquia de sentidos que lhe atribuía importância apenas dentro do espaço doméstico. Esse ideal da mãe como pilar da formação das novas gerações é enunciado de forma direta em um artigo de 1920 intitulado 'O Valor da Moça na Sociedade':

O progresso e a melhoria da nossa sociedade dependem de mães de família piedosas, verdadeiramente obedientes a Jesus Christo, que conduzam seus filhos pelos santos caminhos do Evangelho e que eduquem estes novos elementos, que vão formar a futura geração [...]. (O JORNAL BATISTA, 1920, p. 11, 12.)

O trecho é exemplar do mecanismo discursivo identificado por Foucault: ao atrelar o progresso social à piedade materna, o jornal não apenas valoriza a mãe — ele a responsabiliza. A relevância da mulher é reconhecida, mas essa relevância está inteiramente condicionada ao cumprimento de um papel que a mantém no espaço doméstico e subordinada à autoridade religiosa. O discurso eleva e circunscreve simultaneamente, produzindo uma subjetividade feminina que encontra no lar e na maternidade o horizonte de sua realização social e espiritual.

Em um outro artigo retirado do OJB 6 anos depois, em 1926, chamado 'A mãe - Uma influencia poderosa no lar' mostra como o discurso sobre a maternidade não era um episódio

**Revista *OWL Journal*, Campina Grande - PB, v. 4 n. 6 (2026) - DOSSIÊ ESPECIAL:
Conhecimento, Formação e Transformação Social**

**A Revista *OWL Journal* está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição
(CC BY)**





isolado, mas sim uma matriz discursiva recorrente, reativa e reforçada nas páginas do jornal.

O trecho apresenta:

As mães são no lar o centro do sacrifício, desde o nascimento até a morte dos filhos. As mães devem ser o centro do lar no amor, no carinho, uma força poderosa que atraia as crianças que as procuram e sintam-se felizes ao seu lado e com amor inocente agarram-se-lhes ao pescoço. (SOUZA, 1926, p. 10)

Essa repetição ao longo do tempo é, do ponto de vista metodológico, um dado relevante para a análise discursiva proposta. Não se trata de um discurso pontual, suscetível de ser interpretado como exceção ou particularidade de um redator específico, mas de uma formação discursiva (FOUCAULT, 1972) que se reproduz, se atualiza e se naturaliza ao longo de, pelo menos, uma década de publicações. A reiteração do ideal materno-doméstico em diferentes momentos e sob diferentes formulações textuais sugere que esse discurso operava como um dos pilares estruturantes da identidade feminina batista construída pelo periódico — um discurso que, precisamente por sua repetição, tendia a se tornar invisível como discurso, passando a ser percebido por leitoras e leitores como simples descrição do que a mulher "naturalmente" é, e não como projeto normativo do que ela deveria ser.

4.2.2 A Mulher como Professora

Se no espaço doméstico a mulher exercia o papel de mãe-educadora, no espaço eclesiástico e escolar ela emergia como professora — sobretudo nas escolas dominicais, espaço de educação não-formal por excelência. A presença feminina no ensino religioso era não apenas aceita, mas incentivada, na medida em que se entendia que a mulher possuía uma aptidão 'natural' para o cuidado e a instrução das crianças. Essa concepção, contudo, não deixava de ser em si mesma uma construção de gênero: ao associar o magistério infantil ao feminino, o discurso batista reforçava hierarquias que reservavam às mulheres as funções de





cuidado e formação, enquanto as lideranças doutrinárias e pastorais permaneciam sob domínio masculino.

Esse movimento é coerente com o que Silva (2010) aponta sobre a identidade religiosa: ela estabelece parâmetros culturais que definem posições hierárquicas e formas de participação. A mulher professora era, portanto, valorizada dentro de um espaço delimitado — um espaço que a incluía sem igualizá-la. Sua autoridade era pedagógica e afetiva, nunca doutrinária ou institucional. Essa tensão entre inclusão e subordinação aparece com particular nitidez em um artigo de 1916, no qual as mulheres são convocadas a assumir um papel decisivo na educação nacional:

'E esta maior que a outra, porque já não é libertar dois milhões de escravos do jugo dos senhores, mas emancipar muitos milhões de patricios, de gente igual a nós, do jugo do analfabetismo, da ignorancia, da apathia, do amolecimento nacional. Como poderá ser decisiva a acção da mulher brasileira! Ella se pode fazer no Brasil o que é na America do Norte — a heroína da educação, a grande propulsora na formação da nacionalidade. A tenacidade, a paciencia, a brandura e a bondade feminina, auxilia-a-hão magnificamente. Ella tem mais fé, ella se enthusiasma, ella convence.' (A's mães brasileiras. (O JORNAL BATISTA, 1916, p. 6, 20)

A retórica do trecho é eloquente e, à primeira vista, emancipatória: a mulher é comparada a uma heroína, sua ação é descrita como decisiva. No entanto, uma leitura à luz de Foucault e Chartier revela a operação combinada dos dois mecanismos analisados ao longo desta discussão: o dispositivo disciplinar que produz normas sobre o feminino e a representação que torna essas normas naturais e desejáveis. Os atributos que qualificam a mulher para essa missão — tenacidade, paciência, brandura e bondade — são precisamente aqueles associados, pela tradição, à feminilidade passiva e cuidadora. O elogio, portanto, não rompe com a hierarquia de gênero — ele a reitera sob a forma de um enaltecimento. É o que Butler (1990) chamaria de performatividade: o discurso não descreve uma identidade feminina preexistente, mas a produz e a estabiliza ao repeti-la como natural e desejável. E é o que Chartier (1990) descreveria como uma representação que, ao dar visibilidade a uma determinada identidade, simultaneamente apaga as demais.





4.2.3 A Mulher como Esposa

Se a jovem era o sujeito em formação, a esposa era o sujeito realizado — aquela que havia alcançado o destino social e religioso considerado natural para a mulher cristã. No entanto, o ideal de esposa difundido n'O Jornal Batista não era apenas o de companheira: era o de uma mulher capaz de suportar, perdoar e preservar o vínculo matrimonial a qualquer custo. Um artigo de 1904 assinado por Barreto, intitulado "A mulher como esposa", enuncia com clareza as expectativas que recaíam sobre a esposa batista:

Todavia, o amor produz mais heroísmo nas mulheres, do que a ambição nos homens, por esta causa tomamos a liberdade de aconselhar á esposa que sentir se menos amada, o sacrificio de perdoar ao seu esposo as suas fraquezas, e vencel-o paciência, visto que o casamento é um laço que a esperança embelleza, que a felicidade conserva, e que a desgraça fortifica; mas se esse laço se quebra substitue-o o odio, que nos gasta e nos consome, e cuja chaga é quasi sempre incuravel." (BARRETO, 1904, p. 5.)

A retórica do trecho merece atenção cuidadosa. Ao afirmar que o amor produz "mais heroísmo nas mulheres do que a ambição nos homens", o texto aparentemente eleva a esposa a uma posição de superioridade moral. No entanto, essa elevação é imediatamente direcionada para uma função específica: o sacrifício. O "heroísmo" feminino não se manifesta na esfera pública, na liderança religiosa ou na realização intelectual — ele se realiza no perdão silencioso, na paciência diante das "fraquezas" do marido e na preservação do casamento a qualquer custo.

Esse mecanismo é precisamente aquele que Foucault (1970) descreve como a operação da vontade de verdade: ao apresentar o sacrifício conjugal como expressão natural do amor feminino, o periódico tornava essa exigência não apenas aceitável, mas desejável. A esposa que suportava e perdoava não era vista como uma mulher subjugada — ela era celebrada como heroína. O discurso eleva para circunscrever, valoriza para controlar.

Para Chartier (1990), essa representação da esposa-heroína operava com força simbólica considerável: ao circular sistematicamente nas páginas do periódico, ela produzia

**Revista *OWL Journal*, Campina Grande - PB, v. 4 n. 6 (2026) - DOSSIÊ ESPECIAL:
Conhecimento, Formação e Transformação Social**

**A Revista *OWL Journal* está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição
(CC BY)**





esquemas de percepção que tornavam o sacrifício feminino não apenas natural, mas virtuoso. A esposa que resistia a esse modelo — que recusava o perdão, que questionava as "fraquezas" do marido ou que optava pela ruptura do vínculo — era, implicitamente, a esposa que falhava em seu chamado cristão. Dessa forma, o ideal conjugal difundido pelo jornal não apenas descrevia um comportamento esperado: ele produzia uma subjetividade feminina para a qual a realização pessoal e a obediência religiosa coincidiam no interior do casamento, tornando qualquer alternativa moralmente impensável.

Em uma outra citação denominada 'A mulher na Índia' de 1902, há o discurso sobre as relações esposa e marido como realeza doméstica; o trecho traz o seguinte "Se bem que no lar cristão seja o homem o chefe, o rei, a esposa é a rainha, a segunda em autoridade, muitas vezes a primeira em governo pelo poder do carinho e doçura tão peculiares á bôa mulher." (O JORNAL BATISTA, 1902, p. 1)

Essa hierarquia não rompe a subordinação — apenas a redescreve de forma palatável. À mulher não se nega todo poder; oferece-se um poder de outra natureza, informal, exercido por vias afetivas e indiretas, o chamado "poder por procuração": uma agência que não desafia a estrutura hierárquica, mas opera dentro dela e a sustenta. Lido junto ao texto de Barreto (1904), o de 1902 funciona como premissa do segundo: se a esposa é "rainha" cujo poder é "carinho e doçura", é coerente que, diante das "fraquezas" do marido, sua resposta seja a paciência e o perdão — não o confronto. Em ambos os casos, a "vitória" feminina não é sobre a estrutura que a subordina, mas dentro dela: vencer pela doçura, pela paciência, armas tão "poderosas" quanto exclusivas.

4.2.4 A Mulher como Jovem

Se a mãe era o pilar da família cristã e a professora era a agente da transmissão da fé nas escolas dominicais, a jovem ocupava uma posição igualmente estratégica no projeto pedagógico d'O Jornal Batista: ela era o sujeito em formação, aquela cujo caráter ainda podia





ser moldado e cujos desvios precisavam ser corrigidos antes que se tornassem irreversíveis. Nesse sentido, os discursos direcionados às jovens no periódico revelam com particular nitidez a operação do poder disciplinar foucaultiano — não como repressão, mas como produção de normas que orientavam comportamentos, gestos e até a aparência física.

Um artigo de 1924 assinado por Pitrowsky, intitulado "A palavra de Deus e as modas", exemplifica com precisão esse mecanismo. O texto mobiliza a autoridade bíblica para condenar as tendências da moda vigente, associando diretamente a aparência feminina à moralidade:

"Poderão, pois, os paes de boa moral e muito mais os crentes permitir que suas filhas e as mulheres cortem os seus cabelos para serem olhadas como sêres de má-fama? O' maridos! O' paes! urge que acordeis e vos levanteis contra todas estas modas productoras da imoralidade! esta onda de iniquidade! Digo de novo: creio que muitas moças e mulheres adoptam taes coisas não com más intenções, mas só para seguir 'a moda'; porém ao mesmo tempo revela a falta de discernimento ou um nível de moral bastante baixa." (PITROWSKY, 1924, p. 6)

O trecho é revelador em múltiplas dimensões. Em primeiro lugar, nota-se que o corpo da jovem é tratado como um território de disputa moral e religiosa: cortar o cabelo, seguir a moda, adotar novos costumes são apresentados não como escolhas individuais, mas como atos de desobediência à palavra de Deus e à ordem familiar. A responsabilidade pela conduta feminina é, sintomaticamente, endereçada aos homens — pais e maridos —, o que evidencia que a jovem não era concebida como sujeito autônomo, mas como objeto de tutela masculina e religiosa.

Em segundo lugar, o texto opera por uma lógica de culpabilização difusa: mesmo reconhecendo que muitas jovens adotam a moda sem má intenção, o autor conclui que tal comportamento revela "falta de discernimento ou um nível de moral bastante baixa". A intenção individual é, portanto, irrelevante diante do efeito social do gesto — o que conta é a conformidade com o padrão estabelecido pela comunidade de fé. Essa lógica corresponde ao que Foucault (1979) descreve como normalização: o poder disciplinar não apenas proíbe, mas produz padrões de conduta que funcionam como medida de avaliação moral dos sujeitos.

**Revista *OWL Journal*, Campina Grande - PB, v. 4 n. 6 (2026) - DOSSIÊ ESPECIAL:
Conhecimento, Formação e Transformação Social**

**A Revista *OWL Journal* está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição
(CC BY)**





À luz de Chartier (1990), o artigo de Pitrowsky também pode ser lido como uma representação que organiza a percepção social da jovem: ao associar a modernidade dos costumes à imoralidade e à "má-fama", o periódico produzia uma imagem negativa da jovem que não se conformava ao ideal cristão, tornando essa não-conformidade não apenas um desvio religioso, mas uma ameaça à ordem social. A jovem batista ideal era, portanto, aquela que resistia às influências do mundo, mantinha a modéstia no vestir, preservava o cabelo e os gestos dentro dos limites do decoro — e, ao fazê-lo, reafirmava sua pertença à comunidade de fé e sua adequação ao projeto matrimonial e materno que a aguardava.

Outro artigo interessante – mas agora de 1920 – chamado “O Valor da Moça na Sociedade” percebe-se o mesmo o reforço: a mulher é vista como utilidade social.

O progresso e a melhoria da nossa sociedade dependem de mães de família piedosas, verdadeiramente obedientes a Jesus Cristo, que conduzam seus filhos pelos santos caminhos do Evangelho e que eduquem estes novos elementos, que vão formar a futura geração [...]. (O JORNAL BATISTA, 1920, p. 11, 12)

O papel que uma moça tem como jovem batista, era de desenvolver seu conhecimento moral e espiritual, e colocar a Igreja como um dos pilares mais importantes de sua identidade. Volta a novamente demonstrar a responsabilidade que as mulheres têm em perpetuar os ensinamentos cristãos, especialmente sendo mães.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao evidenciar os mecanismos pelos quais a imprensa batista participou da construção de um ideal feminino cristão, esta pesquisa contribui para ampliar a compreensão das relações entre educação, religião e gênero na história brasileira. Em cada uma dessas representações, o mecanismo discursivo operava de forma semelhante: o jornal elevava a mulher ao atribuir-lhe uma missão de relevância ao mesmo tempo em que circunscrevia essa relevância ao espaço doméstico e à subordinação religiosa. Valorizar e restringir eram, portanto, dois movimentos

**Revista *OWL Journal*, Campina Grande - PB, v. 4 n. 6 (2026) - DOSSIÊ ESPECIAL:
Conhecimento, Formação e Transformação Social**

**A Revista *OWL Journal* está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição
(CC BY)**





de um mesmo gesto. O discurso não reprimia diretamente — ele produzia subjetividades, tornando o confinamento desejável e a obediência uma forma de vocação.

Mais do que um fenômeno circunscrito à Primeira República, os discursos analisados permitem perceber continuidades que ultrapassam esse recorte temporal e ajudam a compreender processos mais amplos de conformação dos papéis sociais atribuídos às mulheres. Nesse sentido, abrem-se possibilidades para futuras investigações que examinem os desdobramentos dessas representações na constituição da feminização do magistério brasileiro, considerando como atributos associados à maternidade, ao cuidado, à moralidade e à vocação religiosa contribuíram para legitimar a presença feminina na docência e, simultaneamente, para delimitar as formas de atuação das mulheres no campo educacional. Tais estudos podem ampliar a compreensão acerca das permanências e transformações desses discursos ao longo do século XX, bem como de seus impactos nas concepções contemporâneas sobre trabalho docente, gênero e educação.

Dessa forma, espera-se que este trabalho não apenas contribua para o entendimento da experiência batista na Primeira República, mas também para reflexões mais amplas sobre os processos históricos que moldaram a presença feminina na educação brasileira.

6. FONTES E REFERÊNCIAS

A mulher na Índia. O Jornal Baptista. Anno II, p. 1, ed.35, set./1902.

A's mães brasileiras. O Jornal Baptista, ano XVI, Rio de Janeiro, n. 28, p. 6, 20 de julho de 1916.

AMADO, N. **A mulher.** O Jornal Baptista. Anno XXIV, p. 11, ed. 20, mai/1924.

BARRETO, A. **A mulher como esposa.** O Jornal Baptista. Anno IV, p. 5, ed. 17, jun./1904.)

BARRETO, A. **Secção Feminina. A mulher.** O Jornal Baptista. Anno III, p. 5, ed. 19, set./1903.

Revista *OWL Journal*, Campina Grande - PB, v. 4 n. 6 (2026) - DOSSIÊ ESPECIAL:
Conhecimento, Formação e Transformação Social

A Revista OWL Journal está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição (CC BY)





BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARVALHO, Izabel Batista da Silva. **Mulheres no Jornal Batista: práticas missionárias no antigo Norte Goiano e atual Tocantins (1925-2012)**. Dissertação (Mestrado em História das Populações Amazônicas) – Universidade Federal do Tocantins, Programa de Pós-Graduação em História das Populações Amazônicas (PPGHispam), Porto Nacional, TO, 2026.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: Entre Práticas e Representações**. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso: Aula inaugural no Collège de France**, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução de Edmundo Cordeiro e António Bento. Paris: Gallimard, 1971.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

GOHN, M. G. **Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas**. Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v.14, n.50, p. 27-38, jan./mar. 2006

GONÇALVES, J. C. **Cultura e Religião**. THEOLOGICA, 2.^a Série, 47, 2 (2012), p. 309-318

MARCUS, P. **Considerações sobre o carnaval**. O Jornal Baptista. Anno XXIV, p. 10-11, ed. 15, abr/1924.

O crente e o mundo. O Jornal Baptista, Rio de Janeiro, ano X, n. 15, p. 4-5, 14, abr/1910
O Valor da Moça na Sociedade. O Jornal Batista. Anno XX, n° 30, p. 11-12, jul/1920.

PARANAGUA, DR. J. N. **Mocidade: Alerta!** O Jornal Baptista. Anno XX, n° 2, p. 6-8, jan/1920.

Revista *OWL Journal*, Campina Grande - PB, v. 4 n. 6 (2026) - DOSSIÊ ESPECIAL:
Conhecimento, Formação e Transformação Social

A Revista OWL Journal está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição (CC BY)





PITROWSKY, R. **A palavra de Deus e as modas.** O Jornal Baptista. Anno XXIV, p. 6, ed. 20, mai/1924.

SANTOS, M. L. **Religião e Educação: contribuição protestante à educação brasileira 1860-1911.** Tóp. Educ., Recife, v. 17, n.º 1-3, p. 113-151, 2007

SCOTT, Joan. **Gender and the Politics of History.** New York: Columbia University Press, 1988.

SILVA, Eliane, M. **Missionárias protestantes americanas (1870-1920): gênero, cultura, história.** 2010. Texto apresentado para Livre Docência — Departamento de História, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, 2010.

SILVA, P. J. **A reação batista ao ensino religioso nas escolas públicas durante a Era Vargas.** Caminhos, Goiânia, Especial, v. 18, p. 172-190, 2020. DOI 10.18224/cam.v18i5.8366.

SILVA, P. J. **Protestantismo: conceitos, teorias e história cultural.** Ed. UFPE, Recife, ed. 23, p. 23 - 42, 2024.

SILVA, E. M. **Missionárias Protestantes Americanas (1870 - 1920): Gênero, Cultura, História.** Revista Brasileira de História das Religiões. ANPUH, Ano III, n. 9, Jan. 2011 - ISSN 1983 - 2850. <http://www.dhi.uem.br/gtreligiao>

SILVESTRE, A. A. **Os jornais evangélicos e a formação da mentalidade protestante no Brasil.** Reflexão, v. 41, n. 2, 2017

SOUZA, E. **A mãe - Uma influencia poderosa no lar.** O Jornal Baptista. Anno XXVI, p. 10, ed. 10, mar/1926.

SOUZA, S. D. **A relação entre religião e gênero como um desafio para a Sociologia da Religião.** Revista Caminhos — Revista de Ciências da Religião, Goiânia, v. 6, n. 1, p. 13-32, 2008.

TEIXEIRA, M. G. **“Nós, os batistas” Um estudo de história das mentalidades.** Salvador: Sagga, 2017.

Revista *OWL Journal*, Campina Grande - PB, v. 4 n. 6 (2026) - DOSSIÊ ESPECIAL:
Conhecimento, Formação e Transformação Social

A Revista *OWL Journal* está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição
(CC BY)





TEIXEIRA, M. P. **Os discursos sobre o feminino e O Jornal Batista (1920–1945).**

Dissertação (Mestrado em História) – UFGD, Dourados, 2020.

UZUN, Julia, R. C. F. P. **Procura-se educar por meios suaves: religiões e educação**

feminina na primeira república. Educação Temática Digital, São Paulo, v.27, p. 1-17, ago. 2025.

Recebido em: 02/05/2026

Aprovado em: 29/05/2026

Publicado em: 25/06/2026

